



*Este Projeto tem por finalidade trazer um conforto econômico às famílias e aproximá-los da comunidade escolar, pois, sendo os filhos matriculados em unidades distintas, torna-se dificultoso que eles possam contribuir da mesma maneira em ambas as comunidades escolares.*

*O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura às crianças e aos adolescentes, através do inciso V do art. 53, o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica, conforme Lei nº 13.845 de 2019.*

*O presente projeto de lei pretende dar uma total efetividade ao direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que garantiu a preferência de vagas para irmão na mesma unidade escolar da rede de ensino municipal.*

*Diante do exposto, solicito o apoio dos demais parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.*

A educação é direito social fundamental constante no *caput* do artigo 6º da Constituição federal, conforme a seguir:

*Art. 6º São direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Grifos nossos)*

Além disso, o Município é competente para legislar em matéria de interesse local, bem como de manter programas de educação infantil e de ensino fundamental, conforme a seguir:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;*

O Regimento Interno desta Casa assim dispõe quanto à iniciativa:

*Art. 188. Ressalvada a iniciativa privada prevista na Lei Orgânica, a apresentação de projetos cabe:*

*I – a vereador;*

*II – a comissão ou à Mesa da Câmara;*

*III – ao Prefeito;*

*IV – aos cidadãos;*

O Estado tem o dever de garantir o acesso ao ensino obrigatório e gratuito e o seu não-oferecimento ou oferta irregular responsabilizará a autoridade competente, conforme os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

*Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
(...)*

*§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.*

*§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.*

Por sua vez, a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, garante vaga na educação infantil e de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir de quatro anos de idade:

*Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:*

*(...)*

*X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.*

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente complementa a ideia no seguinte sentido:

*Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:*

*I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*

*II - direito de ser respeitado por seus educadores;*

*III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;*

*IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;*

*V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Grifos nossos)*

Diante disso, conclui-se que toda criança tem direito à vaga em creche e em escola pública próxima de sua casa, com prioridade de matrícula para que irmãos frequentem a mesma escola.

Assim, este Relator entende que, embora já exista lei federal tratando deste assunto, entende viável a aprovação deste Projeto no âmbito municipal.

Assim, a opinião deste Relator é favorável ao Projeto. Porém, não tem força vinculante o seu Parecer, podendo ser utilizado ou não pelos Membros desta Casa.

## **2.1. Disposições Finais:**

Sugere-se que o Projeto seja encaminhado à Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social.

E, ainda, uma vez concluído para apreciação plenária, caso seja aprovado, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para o fim do disposto no artigo 275 do Regimento Interno desta Casa.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

### **3. Conclusão:**

Em face do exposto, salvo melhor juízo, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 19/2023.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 20 de março de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR DIÁCONO GÊ  
Relator